



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

CESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO “BAR DO JARDIM PARQUE CARLOS AMARAL”

CONCURSO PÚBLICO

Processo n.º 2023/300.50.201/1

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



Índice

1	ENTIDADE QUE PRESIDE AO PROCESSO DE CONCURSO	3
2	PRAZO DO CONTRATO DE CESSÃO	3
3	DENÚNCIA DO CONTRATO	3
4	PROPOSTAS	3
5	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO	4
6	PREÇO BASE DO CONCURSO	4
7	ABERTURA DAS PROPOSTAS	4
8	CONLUIO ENTRE CONCORRENTES	4
9	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....	5
10	PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	5
11	TÍTULO CONTRATUAL.....	5
12	CAUÇÃO.....	5
13	MINUTA DO CONTRATO	6

1 ENTIDADE QUE PRESIDE AO PROCESSO DE CONCURSO

A entidade que preside ao processo de concurso para cessão da exploração do Bar do Jardim Parque Carlos Amaral é a Câmara Municipal de Celorico da Beira.

2 PRAZO DO CONTRATO DE CESSÃO

- 2.1. A cessão de exploração é feita pelo período de **12 meses**, automaticamente **renovável por períodos de 12 meses, até ao limite máximo de 5 (cinco) anos**, caso não seja denunciado por qualquer das partes, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos.
- 2.2. Findo o prazo do contrato de cedência ou das suas renovações, considera-se o mesmo automaticamente denunciado no final do período da cessão, sem necessidade de aviso prévio, dispondo o cessionário o prazo de 8 (oito) dias para abandonar as instalações.

3 DENÚNCIA DO CONTRATO

- 3.1. A Câmara Municipal de Celorico da Beira pode, em qualquer altura, denunciar o contrato de cessão de exploração se se verificar incumprimento do mesmo, designadamente, utilização das instalações cessionadas para fins diversos daqueles a que se destinam, ou inobservância de normas e princípios éticos que norteiam a exploração de estabelecimentos desta natureza.
- 3.2. Caso se venha a verificar a denúncia do contrato pelos motivos referidos, ao cessionário não será devida qualquer indemnização.

4 PROPOSTAS

- 4.1. O prazo para apresentação das propostas é até às **16 horas do 10.º (décimo) dia**, contado da data de publicação do Anúncio de abertura do concurso e respetivo edital. Este prazo é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
- 4.2. A proposta e os documentos que a instruem serão encerrados em invólucro fechado, no rosto do qual se indica o nome do concorrente e a designação do concurso, e entregues pessoalmente, contra recibo, na Câmara Municipal de Celorico da Beira.
- 4.3. A proposta é redigida em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas (salvo se ressalvadas), e sempre com o mesmo tipo de letra.

- 4.4. O valor da proposta é expresso em euros e indicado por algarismos e por extenso, e não deve incluir o IVA. Ao preço proposto deve ser indicada a taxa de IVA aplicável.
- 4.5. Em caso de divergência entre os valores indicados, prevalece o indicado por extenso.
- 4.6. A proposta é assinada pelo concorrente ou seu representante legal, caso seja uma pessoa coletiva. Sempre que seja assinada por procurador, junta-se procuração que confira, a este último, poderes para o efeito.
- 4.7. A proposta é instruída com a declaração, conforme minuta do anexo I, devidamente datada e assinada pelo concorrente.
- 4.8. A inobservância de qualquer uma das formalidades descritas de 4.1 a 4.7 constitui motivo de exclusão da respetiva proposta.

5 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

Os documentos de habilitação são os exigidos no ponto 10.1 do anúncio.

6 PREÇO BASE DO CONCURSO

O valor mínimo a considerar para efeitos do concurso é de **350,00€ (Trezentos e cinquenta euros)** por mês, devendo os concorrentes apresentar o seu melhor preço para efeitos de adjudicação.

7 ABERTURA DAS PROPOSTAS

- 7.1. A abertura das propostas terá lugar no primeiro dia útil imediato ao termo do prazo para apresentação das propostas, pelas 15 horas, no Salão Nobre do Município, perante o Júri que para tal foi designado.
- 7.2. Podem intervir, neste ato, os concorrentes e/ou seus representantes devidamente credenciados.

8 CONLUIO ENTRE CONCORRENTES

- 8.1. Constituem motivo de exclusão dos concorrentes os acordos, as decisões e as práticas concertadas entre concorrentes que tenham por objeto ou como efeito impedir, falsear ou restringir de forma sensível a concorrência, nos termos enunciados na Lei n.º 18/2003, de 11/6 (que aprova o regime jurídico da concorrência), na sua atual redação.

- 8.2. Os concorrentes que sejam excluídos pelo motivo atrás referido, ficam impedidos de concorrer a procedimentos idênticos lançados pelo Município durante 2 (dois) anos.

9 CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 9.1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, atendendo ao seguinte fator:

a) Valor mensal proposto – 100%;

- 9.2. O concurso é adjudicado ao concorrente que melhor se posicione em função do critério supra exposto.

- 9.3. Em caso de empate, será adjudicada a presente cessão ao concorrente que apresente o preço mais alto.

- 9.4. Caso continue o empate, a adjudicação será feita ao concorrente que primeiro apresentou proposta.

10 PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

- 10.1. Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas durante 30 (trinta) dias úteis contados da data de abertura das propostas.

- 10.2. O concorrente a quem seja adjudicado o presente concurso e que pretenda injustificadamente desistir da adjudicação é sancionado com o pagamento do valor da sua proposta, sendo a adjudicação, neste caso, feita ao concorrente que se classificar a seguir.

11 TÍTULO CONTRATUAL

A cessão é titulada por contrato escrito.

12 CAUÇÃO

- 12.1. O adjudicatário obriga-se à prestação de uma caução no valor correspondente a duas vezes o valor da mensalidade da adjudicação, destinada ao pagamento de prestações em caso de mora ou outras dívidas à Câmara Municipal.

- 12.2. O valor da caução será atualizado em conformidade com a atualização do valor da mensalidade.



12.3. O adjudicatário fica obrigado a reconstituir integralmente a caução, nos 5 (cinco) dias seguintes à comunicação que para esse efeito lhe for dirigida, quando daquela sejam utilizadas quaisquer importâncias, sob pena de não o fazendo, poder a Câmara Municipal resolver unilateralmente o contrato, sem que o adjudicatário possa invocar indemnização por este fato ou invocar direito de retenção.

13 MINUTA DO CONTRATO

O concorrente, cuja proposta haja sido preferida, fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** subsequentes à respetiva notificação, findo o qual, se o não fizer, considerar-se-á aprovada a minuta.



ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA

.....(indicar nome, profissão), contribuinte nº, com morada em,
depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de(designação da cessão de
exploração) , a que se refere o Edital nº datado de, obriga-se a executar a referida cessão de
exploração, de harmonia com o anúncio, programa de concurso, caderno de encargos, pela quantia de
.....(por algarismos e por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao
que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),...

Assinatura.....